

Setor público é o devedor número um

MAURÍCIO CORRÊA
e RAUL PILATI

BRASÍLIA — O calote nos bancos oficiais praticamente virou rotina e, entre os caloteiros, destacam-se tomadores do próprio setor público, como prefeituras municipais, Estados e companhias públicas de saneamento básico. O mau hábito de pagar os empréstimos contraídos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal está tão arraigado que, nos balanços do ano passado, as duas instituições tiveram de inscrever um total de Cr\$ 311,6 bilhões como provisão de créditos de liquidação duvidosa, o que significou um tremendo impacto nos resultados financeiros de ambas.

Há um ano, quando assumiu a presidência do BB, Alberto Policaro chegou a assustar-se com o nível de inadimplência que atingia o banco: 40% de todos os créditos abertos não estavam sendo recebidos pelas agências. Depois de muito esforço dos gerentes e de um aperto geral nos tomadores dos empréstimos, a instituição conseguiu chegar ao final de 1990 com um índice de inadimplência de 27%, quando o ideal seria 10%.

Aplicar o calote no Banco do Brasil, aliás, passou a ser mania nacional, principalmente depois que os constituintes de 1988 deram anistia aos produtores rurais, num autêntico presente de Natal antecipado. No balanço mais recente o BB fez provisão de Cr\$ 179 bilhões para créditos de liquidação duvidosa, sendo Cr\$ 23,8 bilhões de responsabilidade do setor público e Cr\$ 154,3 bilhões relativos ao setor privado. No segundo caso, os produtores rurais são os responsáveis pela parcela mais expressiva do calote.

Em sua carteira, o Banco do Brasil ostenta uma categoria especial de **pagaios** para receber: são os títulos

relativos a empréstimos concedidos aos usineiros de todo o País, que totalizam cerca de Cr\$ 170 bilhões, metade dos quais em atraso. Mas, ainda assim, os débitos dos usineiros no BB serão refinanciados, por decisão do presidente Fernando Collor, da ministra Zélia Cardoso de Mello, e do secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista. Ainda não está definido, mas tudo indica que o prazo de refinanciamento desses débitos poderá ser de 10 anos.

No caso da Caixa Econômica Federal, os responsáveis pela maior fatia do calote não estão no setor privado: 2.148 prefeituras municipais de um total de 4,7 mil, que contraíram financiamentos para obras de desenvolvimento social e urbano, estão inadimplentes. O total de créditos atrasados das prefeituras atinge Cr\$ 300 bilhões. Mas o tamanho do calote, incluindo o setor privado, chegou a ultrapassar Cr\$ 500 bilhões.

As provisões para créditos em liquidação da Caixa Econômica Federal somaram Cr\$ 132,6 bilhões em 1990 e pesaram bastante no balanço da instituição. Apesar do seu tamanho (são 2.157 agências em todo o País), a CEF apresentou lucro de Cr\$ 1,022 bilhão em 1990. A situação, obviamente, teria sido outra caso tivesse recebido integralmente os créditos concedidos ao setor público.

Embora seja um banco múltiplo, a Caixa utiliza os recursos captados principalmente com as loterias Federal, Esportiva, Loto e Sena para financiar obras de desenvolvimento social, por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a Caixa financia projetos de desenvolvimento urbano. E, nos dois casos, os tomadores (leia-se prefeituras) quase sempre recusam-se a cumprir os compromissos.